



ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

1. Título:

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES NA PANDEMIA, ENTRE 2020 E 2021

2. Área (s)/Linha (s) de Pesquisa

Ciências Humanas, subárea: Educação, linha: Formação de professores, políticas e práticas pedagógicas

3. Resumo (no máximo 300 palavras):

Este projeto se insere na temática privatização e mercantilização da educação básica em municípios mato-grossenses; tem por objetivo principal mapear as receitas e despesas dos municípios mato-grossenses durante a pandemia causada pela Covid-19 no ano de 2020 e 2021, tendo em vista os impactos no orçamento público gerados pelas diferentes formas de privatização da educação. Os mecanismos que levam à formas de privatização e mercantilização se dão tanto via isenções e renúncias fiscais, concedidos pelo governo do Estado, somadas às iniciativas a nível federal, como a Lei Complementar nº 87/1996, também conhecida por Lei Kandir e Desvinculação dos recursos da União - DRU, entre outras. A forma mais comumente conhecida se dá por meio de compras de serviços e insumos do setor privado, com ou sem fins lucrativos, utilizando-se recursos provenientes dos 25% destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, efetivados por 141 municípios mato-grossenses, entre os anos de 2020 e 2021, ou seja, no período da pandemia da Covid-19, causada pelo coronavírus (SarsCov2). À primeira vista, é possível supor que os gastos em MDE tenham sido reduzidos nesse período se considerarmos a necessidade de distanciamento social que implicou na suspensão de aulas presenciais desde março de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, em âmbito mundial, conforme alerta da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, que declarou emergência sanitária mundial, identificada como pandemia causada pelo vírus



SarsCov2 (Covid-19). Em consonância com a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento de emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus, o Governo do Estado emitiu uma série de decretos, dentre eles o primeiro, Decreto nº 407, de 16 de março de 2020, cria o Gabinete de Situação, para a gestão da crise, e adota um conjunto de medidas, dentre elas o isolamento e quarentena. O Art. 9º estabelece a suspensão de diversas atividades, dentre elas o inciso III aponta que “as atividades escolares da rede pública estadual, municipal e de ensino superior, no período de 23 de março de 2020 a 05 de abril de 2020 a título de antecipação do recesso”. Desde então, as sucessivas prorrogações e emissão de novos decretos mantêm a suspensão de aulas presenciais e, portanto, muitos gastos com manutenção de infraestrutura, transporte escolar, merenda, equipamentos, contratos temporários de docentes, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADIs) e serviços de nutrição, dentre outras despesas, que, por um lado, podem indicar poupança forçada para os cofres públicos, mas, por outro, podem também apontar para outras despesas com os recursos da educação, dentre elas aquisições de insumos educacionais do setor privado, declarados com ou sem fins lucrativos, tais como plataformas digitais, internet banda larga, equipamentos, consultorias, formação continuada de professores, material apostilado, dentre outros, que possam indicar privatização e mercantilização da educação nas redes públicas municipais pesquisadas.

4. Palavras-chave (no mínimo 3; no máximo 5):

Financiamento; MDE; municípios; privatização; Educação Básica

5. Introdução:

Esta pesquisa tem por objetivo principal mapear as receitas e despesas dos municípios mato-grossenses durante a pandemia causada pela Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, tendo em vista os impactos no orçamento público gerados pelas diferentes formas de privatização da educação. Vincula-se à trajetória de pesquisa da coordenadora, bem como do grupo de pesquisa constituído por pesquisadores tanto vinculados/as ao PPGedu/UNEMAT, quanto a pesquisadores externos, do Sistema Estadual de Ensino



Mato Grosso. Destaca-se a relevância da pesquisa por tratar-se de uma temática cara aos defensores da escola pública com educação de qualidade socialmente referenciada, com gestão pública e de responsabilidade do Estado, sem a mediação do mercado, como direito de todas as pessoas, assegurado, inclusive, na Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Nesta Declaração a educação passa a se constituir um direito humano fundamental, declarado e entendido como o primeiro direito, dado sua importância para a instrumentalização das pessoas para a busca pelos demais direitos. O Brasil possui um amplo ordenamento jurídico que disciplina a garantia do direito e a obrigatoriedade educacional, de responsabilidade do Estado, aqui compreendidas as três esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). A pesquisa focaliza as diversas formas de privatização e mercantilização da educação pública municipal dos 141 municípios mato-grossenses no contexto da pandemia da Covid-19, período no qual espera-se que os agentes públicos e governamentais deveriam ou devem, por força do exercício da função pública, deter mais atenção e cuidados com a saúde e a educação do povo e menos em atender as investidas do mercado sobre os fundos públicos e a definição do conteúdo da educação.

6. Objetivos Gerais:

Mapear as receitas e despesas dos municípios mato-grossenses durante a pandemia causada pela Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, tendo em vista os impactos no orçamento público gerados pelas diferentes formas de privatização da educação.

7. Objetivos Específicos:

- Apontar os impactos no orçamento da educação básica municipal causados pelas privatizações;
- Evidenciar os processos de terceirização de prestadores de serviços;
- Explicitar as empresas que mais se destacam nessas adesões e suas formas de desenvolvimento de materiais direcionados a determinado público-alvo;



- Analisar as formas de captação de recursos públicos por empresas especializadas nesse tipo de ação;
- Identificar as isenções fiscais municipais e os impactos nas receitas;
- Demonstrar quais foram os tipos mais comuns de privatizações encontrados nos municípios durante o período.

8. Justificativa:

A privatização da educação pública tem se dado de diferentes formas, exógena, endógena e da própria política (BALL; YOUDELL, 2008), e constituído objeto de estudos de pesquisadores de diferentes partes do mundo e do Brasil, tal como a pesquisa “Concepções de gestão nos Programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil”, executada no doutoramento por esta coordenadora, entre 2008 e 2011, e orientações de pesquisa envolvendo a temática no PPGEdU/UNEMAT, a partir de 2013, “Consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna para a oferta educacional”, executadas por pesquisadores de universidades das cinco regiões brasileiras, entre 2008 e 2010, a troca de diálogos e experiências de pesquisa entre pesquisadores nacionais e estrangeiros por meio de grupos e redes de pesquisa, tal como a *Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação* (RELAAPPE), da qual a coordenadora desta proposta faz parte, assim como de movimentos acadêmicos e movimentos sindicais da área educacional e campanhas de defesa do direito à educação no Brasil. A mercantilização da educação, ou seja, a transformação da educação em serviço, tem se constituído em outra forma de transferir recursos públicos para o setor privado, além de mudar, substantivamente, concepções de sujeitos e de educação, transformando-a em mercadoria, vendável e negociável como outro produto qualquer no âmbito do mercado.

Esse processo de mercantilização alia-se ao fato

dele vir associado à mobilização do setor empresarial com amparo da mídia e reinserção na academia, constituindo um bloco de alianças que ele utiliza para pressionar as políticas públicas na direção de sua própria hegemonização como teoria pedagógica, executada em um espaço mercantilizado que atende tanto aos interesses ideológicos do



grande capital quanto aos interesses práticos de faturamento das indústrias e consultorias educacionais locais ou não. (FREITAS, 2018, p. 105).

Esses processos não são recentes, porém no Brasil tem se dado desde as primeiras reformas no papel do Estado, na segunda metade dos anos 1990, e se intensificado a partir de 2016, com a destituição da Presidente Dilma Roussef da Presidência da República, no mesmo ano. Desde então, vem sendo implementada no país uma agenda regressiva no campo dos direitos sociais, além da passagem de bens públicos, de interesse coletivo, para o setor privado, via privatizações, dentre outras significativas medidas que têm levado ao desmonte do Estado e afrontado a soberania nacional, no Brasil atual. Esse processo é parte do aprofundamento da Agenda do programa de governo do PMDB, denominado “Ponte para o Futuro”, cujos exemplos mais evidentes foram a reforma do Ensino Médio, a reforma trabalhista com a terceirização irrestrita e a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos primários, dentre eles os da educação, a valores de 2017, e deixa intacto o pagamento de juros da chamada Dívida Pública Federal (interna e externa), significando repasses para o sistema financeiro de mais de R\$ 5 trilhões somente em 2020, ou seja, os gastos com a dívida pública aumentaram em 33% somente em 2020, conforme Auditoria Cidadã da Dívida (FATTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021), em plena pandemia. Nesse contexto e face às imensas desigualdades regionais, sociais e educacionais existentes no país, a ponta mais frágil do sistema federativo é o município que historicamente tem assumido a maior parte, cuja autonomia não é recente, mas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assume diversas obrigações, ampliando a oferta educacional que historicamente é superior à da rede estadual, como aponta estudo de Gouveia (2008). “Essa ampliação da participação municipal na oferta da educação obrigatória requer debates sobre como tal participação se sustenta; em outras palavras, a ampliação da oferta escolar no âmbito municipal após 1988 foi acompanhada de um reconhecimento dos municípios como entes autônomos” (GOUVEIA, 2008, p. 441), sem, no entanto, deixar de subordinar-se aos estados. Ao longo do texto constitucional/1988 encontra-se presente a autonomia do município e as suas respectivas competências em diferentes áreas. A questão da tributação, por exemplo, é



tratada em diversos artigos, seções, incisos, tal como o Art. 156 e o Capítulo IV, Artigos 29 a 31 da Constituição Federal de 1988, onde o Município assume diversas competências em razão de ser considerado esfera de governo. Os Artigos 30 e 31, por exemplo, preveem criação de sistema de tributação próprio, controle e fiscalização, criação de normas complementares à legislação Federal e à estadual; no que couber, manter a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental, dentre outras, bem como criar seus sistemas próprios de ensino, como previsto no Art. 18 da LDB nº 9.394/96. Segundo Carneiro (2015, p. 298), “a ideia de sistema municipal é um grande avanço em termos de descentralização da ‘ordem educacional’”, porém não deixa de carregar inúmeras contradições”, como aponta Gouveia (2008). O Artigo 212 da CF/88 especifica as vinculações mínimas de receitas de cada ente federado e diz que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988). O financiamento da educação é cada vez mais um campo de disputa entre os defensores da educação pública de qualidade socialmente referenciada e com gestão pública, como direito da pessoa humana e responsabilidade do Estado e grupos privados empresariais, oligopólios da área educacional, redes de políticas educacionais globais (BALL, 2014), Think Tanks, entidades religiosas, mesmo que declaradas sem fins lucrativos, dentre inúmeras outras formas de privatização da educação já em vigor ou potencialmente anunciada com a homeschooling e a militarização de escolas públicas. O arcabouço legal do financiamento da educação se desdobra em inúmeras leis federais, estaduais e municipais e sua previsão deve constar em Orçamentos anuais, Planos Plurianuais, Diretrizes Orçamentárias, como prevê o Artigo 165 da CF/1988.

Nesta pesquisa serão abordados os eixos sobre **finanças públicas/orçamentos: receitas x despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; renúncias e isenções fiscais; o financiamento: gestão, transparência e controle social; a valorização dos profissionais da educação: carreira, remuneração, jornada de trabalho, piso salarial profissional e formação continuada, pejetização, terceirizações; o currículo: material apostilado, formação continuada; a gestão: plataformas digitais,**



serviços de internet, consultorias, locação de impressoras, etc; **alimentação escolar:** 30% dos recursos destinados a compras da agricultura familiar, terceirizações, subvenções a empresas privadas; **o transporte escolar:** frota da própria, locação de veículos de terceiros, etc.

9. Resultados Esperados:

Contribuição com a formação de estudantes de graduação (Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) e pós-graduação (Dissertações) que possam incorporar ao projeto.

Orientações de monografias e dissertações de mestrado sobre o tema da pesquisa ou correlatos, buscando ampliar o alcance regional dos resultados.

Fortalecimento da produção científica, estimulando a participação de docentes e discentes da instituição proponente da pesquisa.

Divulgação de resultados parciais e finais da pesquisa em eventos científicos, nacionais e internacionais.

Elaboração de artigos para publicação em periódicos, nacionais e estrangeiros, e/ou livros.

Discussão da temática em disciplinas dos cursos de graduação, de especialização e de formação de professores e de pós-graduação na área da educação.

Discussão da temática em encontros das redes municipais promovidas pelo Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep).

Efetiva troca de experiência que contribui com a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade proponente da pesquisa.

Fortalecimento das ações multi e interdisciplinares.

10. Hipóteses ou Questões Problemas:

Com a pandemia vários setores da educação tiveram uma acentuada economia, sendo assim, as receitas educacionais devem ser maiores do que as despesas durante esse período, ou, que as verbas tenham ganhado um destino devidamente apropriado de acordo com as maiores necessidades e demandas dos municípios, porém admite-se aqui a possibilidade de que esses recursos estejam sendo destinados ao setor privado por



meio de empresas, institutos e outros especializados na captação de recursos públicos da educação. “Não há hipótese totalmente fechada. Quando se tem observação participante será a hipótese e a problematização ainda mais flexível” (CARVALHO, 2014, p. 96). Há necessidade da comprovação dessas hipóteses pela pesquisa a partir das teorias nas quais o trabalho está senso embasado. Ademais, a proveito da falta de fiscalização durante a pandemia, ocorreu a aprovação de leis que facilitam processos de privatização, terceirização etc.

Diante do exposto, lançam-se as questões que vão nortear a pesquisa: Quanto os municípios do estado de Mato Grosso têm gastado com o setor privado durante a pandemia? Quais são as principais empresas provedoras desses tipos de serviço que serão encontradas durante a pesquisa? Quanto os municípios economizaram com a educação durante o período pandêmico?

11. Materiais e Métodos:

A pesquisa será desenvolvida mediante a realização de estudo de casos nos 141 municípios mato-grossenses, organizados a partir de regiões geográficas e imediatas, elaborada pelo IBGE, em 2017, com a finalidade de planejamento e estimativas. Os municípios mato-grossenses foram divididos em 18 regiões geográficas imediatas e que estão agrupadas em 5 regiões geográficas e intermediárias: Cuiabá, Cáceres, Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis, tal como exposto na tabela abaixo:

Tabela 1 - Regiões geográficas intermediárias e imediatas de Mato grosso

Região geográfica intermediária	Número de municípios	Regiões geográficas imediatas	Número de municípios
Cuiabá	30	Cuiabá	14
		Tangará da Serra	8
		Diamantino	8
Cáceres	21	Cáceres	5
		Pontes e Lacerda-Comodoro	7
		Mirassol d'Oeste	9
Sinop	42	Sinop	12
		Sorriso	9
		Juína	7
		Alta Floresta	6



		Peixoto de Azevedo- Guarantã do Norte	4
		Juara	4
Barra do Garças	30	Barra do Garças	9
		Confresa-Vila Rica	13
		Água Boa	8
Rondonópolis	18	Rondonópolis	10
		Primavera do Leste	4
		Jaciara	4

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/

A indicação prévia para a escolha dos casos se justifica na medida em que, embora não se pretenda uma generalização potencial dos resultados alcançados o estudo deverá promover generalizações naturalísticas, tal como proposto por Stake (1983). Como em Rockwell (1986), entende-se, neste trabalho, que o fenômeno eleito para investigação deva ser percebido a partir de suas múltiplas relações com o contexto social mais amplo e não apenas em função de suas relações internas (LUCKÁCS, 1976). Metodologicamente, isto implica, por um lado, complementar a informação de campo com informações relativas a outras ordens sociais (por exemplo, a estrutura, o papel do Estado e da sociedade, políticas educacionais do país, estados e municípios) e, por outro lado, buscar interpretações e explicações a partir de elementos externos à situação particular. Desse modo não se realiza estudos de caso, mas estudos sobre casos (ROCKWELL, 1986, p. 47).

Com vistas à construção de um marco teórico para análise dos dados coletados será necessário proceder à seleção de bibliografia relacionada ao objeto de estudo. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Os dados, cujo detalhamento segue abaixo, serão coletados em 141 municípios, organizados a partir de regiões geográficas e imediatas, elaboradas pelo IBGE, em 2017, com a finalidade de planejamento e estimativas.

O período a ser investigado inicia-se em 2020, ano de início da pandemia, e se estende a 2021.

As fontes primárias para a coleta de dados se referem às municipais que serão observadas e registradas, e a seguir, comparadas com os resultados extraídos dos



estudos numéricos apresentados nos vários relatórios anuais registrados no SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação, Tesouro da Fazenda do Estado e municípios. Consulta a legislações municipais dos municípios selecionados para pesquisa sobre elaboração de leis como Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA), financiamento, em sítios oficiais de acompanhamento e monitoramento de gastos públicos, que permitirá a análise comparativa em cada caso estudado. Para efeito da caracterização dos municípios serão consultadas diferentes bases de dados, com destaque para aquelas preparadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Destaca-se que hoje a internet é “um extraordinário acervo de dados que está colocado à disposição de todos os interessados, e que pode ser acessado com extrema facilidade por todos eles, graças à sofisticação dos atuais recursos informacionais e comunicacionais acessíveis no mundo inteiro” (SEVERINO, 2013, p. 117-118).

Em síntese, as informações coletadas em cada caso em estudo referem-se a: Sistemas Municipais de Ensino. Levantamento, organização e análise de documentos oficiais relativos a leis orçamentárias, Planos plurianuais (PPA), levantamento, organização e análise de indicadores educacionais que evidenciem alterações no financiamento do ensino, bem como gastos com insumos do setor privado para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para início da coleta de dados será elaborado um questionário na plataforma Google Forms, encaminhado para os municípios a fim de coletar dados rápidos diretamente com os profissionais que trabalham nas redes, primeiramente com um grupo pequeno para adequações e, em seguida, em maior escala, como propõe Severino (2013, p. 109): “de modo geral, o questionário deve ser previamente testado (pré-teste), mediante sua aplicação a um grupo pequeno, antes de sua aplicação ao conjunto dos sujeitos a que se destina”.

Após a coleta inicial os dados obtidos facilitarão o direcionamento da pesquisa mediante o apontamento se há ou não algum tipo de privatização dentro da rede municipal; não havendo, será feita uma confirmação no diário oficial dos municípios, e no Google até a página 5, com o nome da cidade e alguns descritores.



Com os dados coletados e tabulados de forma adequada os municípios já separados em regiões intermediárias e imediatas serão agrupados por Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e PIB per capita municipal. A fim de fazer uma comparação entre desenvolvimento econômico e social e aplicação de receitas em melhoramento da educação. Desse modo, essa separação por categorias vai facilitar a organização e análise os dados encontrados, como propõe Bardin (2011).

12. Referencial Teórico:

O direito à educação no Brasil não é recente, no entanto, a obrigatoriedade educacional para toda a educação básica - de 04 a 17 anos de idade, tem amparo legal na Emenda constitucional nº 59/2009 e na Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Sendo a educação um dever do Estado e a forma de Estado adotada no Brasil a federativa, a Constituição Federal de 1988 estabelece as competências privativas, concorrentes, suplementar e complementar dos entes federados; reafirma o papel de cada um deles com o dever e a obrigatoriedade educacional. A competência é tanto de Estados e Distrito Federal (art. 211, § 3º, CF) como de Municípios (art. 211, § 2º, CF). Esta responsabilidade se dá na mesma medida. É o que se denomina competência concorrente. Por este motivo a Constituição Federal/1988 prevê que Estados e Municípios definam formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (art. 211, § 4º, CF). Entre aquelas estão: a) a cooperação técnica e financeira que a União (art. 30, VI, CF e art. 211, § 1º, CF) e os Estados (art. 30, VI, CF) prestam aos Municípios. É o que se denomina função supletiva; b) a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração (art. 211, caput, CF e art. 8º, caput, LDB); c) A gestão associada de serviços públicos, nos termos da Lei que regulamenta o art. 241 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 19/98). Observe-se que as diversas formas de colaboração não são excludentes. O Município que organizar seu sistema de ensino continua tendo direito à assistência técnica e financeira da União e dos Estados (SUDBRACK; FARENZENA, 2016).

Mesmo que o país tenha definidas as competências dos entes federados com a oferta educacional, as desigualdades regionais e sociais presentes na maior parte dos municípios brasileiros, de todas as regiões do país, tem reverberado em desigualdades



na oferta educacional, no conhecimento disponibilizado, na universalização do atendimento, dentre outros aspectos, e tem se caracterizado pela descentralização de responsabilidades dos demais entes para o município. Impotente para atender todas as demandas educacionais de sua competência e as exigências públicas por resultados (avaliações em larga escala, Ideb, etc.) gestores governamentais têm cedido ao discurso que, por um lado, demonizam o Estado e tudo que é público e, por outro, apresentam soluções rápidas do setor privado, propagado por reformadores empresariais como a salvação do Estado, da administração e da educação pública.

Esses processos não são novos e tampouco concentrados em somente alguns países ou continentes (BALL, 2014), mas tem se ampliado ao longo dos anos 1990, sobretudo no Brasil, a partir de 2016, com o golpe de Estado e intensificação de medidas que visam a recomposição de altas taxas de lucro dos grandes oligopólios, seja da área econômica produtiva ou, mais intensamente do capital fictício, improdutivo (DOWBOR, 2018). A grande concentração de riquezas e o poder desses grupos econômicos e financeiros têm influenciado a política e minado o poder dos Estados nação e de governos, independente de sigla partidária e do continente onde se encontram. Se, por um lado, ingerem nas casas legislativas e no próprio poder Executivo para aprovar leis que beneficie suas corporações com isenções, renúncias fiscais, altas taxas de juros, etc., por outro, têm criado e/ou bancado think tank, Startups, e fundações próprias, consideradas braço social da empresa e, ainda, têm atuado firmemente na criação de redes de políticas educacionais globais com a finalidade de instituir uma governança global das políticas educacionais, junto a governos e organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outras. Daí emergem inúmeros e variados arranjos público-privados entre o privado com ou sem fins lucrativos e o poder público, neste caso específico da pesquisa, a ponta mais frágil da federação, ou seja, os municípios brasileiros dados a descentralização e/ou transferência de responsabilidades de outras



esferas de governo, constituindo-se o enfraquecimento do setor público e, conseqüentemente, da educação pública e do direito a educação como bem público.

O artigo 70 da Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB) aponta que “considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis” (BRASIL, 1996). No caso dos municípios brasileiros, a Lei estabelece:

- 1) Aplicação de no mínimo 25% da receita de impostos próprios [...] e transferências constitucionais; 2) subvinculação de 20% de uma cesta de impostos, que a partir de 2007, passou a constituir no âmbito de cada estado o FUNDEB; 3) receita do salário educação; 4) receita de incentivos fiscais; 5) outros recursos previstos em lei. (SOUSA, 2016, p. 99).

Os recursos apresentados no item 1, dos 25% de impostos têm incidência sobre Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Renda Retido na Fonte dos Servidores Públicos Municipais (IRRF-SPM), Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI); essa parte das receitas de impostos que são aplicados na educação são chamados de Vinculação Constitucional de recursos e sua aplicação é chamada de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Sousa (2016) reforça que,

As transferências constitucionais no caso dos municípios, compreendem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) formado pela partilha de 23,5% do Imposto sobre Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os municípios recebem ainda 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), licenciados em seus territórios e 25% do produto de arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação (ICMS). (SOUSA, 2016, p. 100).

Face às isenções, renúncias, não tributação sobre lucros de dividendos de pessoas do país e do exterior, somados à sonegação fiscal, estados e municípios brasileiros têm deixado de arrecadar cifras significativas que impactam as receitas municipais. A título de exemplo, a renúncia prevista no orçamento estadual de Mato Grosso, conforme



LOA/2019, foi de R\$ 3.438.081.622,56 bilhões, somente relacionado às renúncias (SINTEP-MT, 2019). A esse contexto soma-se o pagamento da dívida pública, os mais altos do mundo, e a taxa Selic que visa remunerar os juros da dívida. Segundo Dowbor (2018, p. 142), “A maior apropriação privada de recursos públicos no Brasil, além de legal, usa como justificativa ética ‘o controle da inflação’: trata-se da taxa Selic”, uma invenção e iniciativa dos governos dos anos 1990. Tais governos “organizaram a transferência massiva de recursos públicos para grupos financeiros privados” (DOWBOR, 2018, p. 142).

Portanto, esse contexto torna ainda mais relevante a pesquisa, já que, além da destinação de recursos públicos, a compra de insumos do setor privado para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, como já apontamos acima, soma-se o impacto que as isenções e renúncias fiscais trazem para os orçamentos municipais e, conseqüentemente, da educação.

13. Cronograma de Atividades:

ANO	ATIVIDADES	
2021	Primeiro semestre	Segundo semestre (início em agosto)
		Seleção de bibliografia relacionada ao objeto de estudo; Leitura e sistematização de bibliografia relacionada ao objeto de estudo (Revisão de literatura). Levantamento e sistematização referente à privatização, mercantilização e financiamento da educação (entre outros); Levantamento de documentos específicos sobre receitas e despesas, isenções e renúncias fiscais, no Estado e municípios; Revisão da literatura relacionada ao tema



		(continuação); Oficinas sobre receitas e despesas com a educação no Estado e municípios mato-grossenses;
2022	Levantamento de dados dos municípios da amostra; Início da pesquisa; Coleta de dados em sites oficiais sobre os eixos selecionados da pesquisa; Elaboração de relatório parcial. Análise e cruzamento dos dados coletados: estatísticos, documentais, legislação; Finalização das análises por meio de cruzamento de dados; Realização de seminário integrador para apresentação e discussão dos dados coletados e definição das categorias comparáveis; Organização de artigos para publicação.	Oficina sobre Mineração de Dados Educacionais Conclusão de levantamento de dados dos municípios pesquisados; Sistematização dos dados coletados; Análise dos dados coletados; Elaboração de textos teóricos; Elaboração de textos para apresentação em eventos científicos; Análise dos dados coletados pelo grupo de pesquisa.
2023	Elaboração de artigos, com resultados parciais, e submissão para publicação em periódicos científicos; Finalização da análise comparada.	Elaboração do relatório final da pesquisa Encaminhamento dos relatórios dos municípios participantes da pesquisa Encaminhamento do relatório final à UNEMAT.

14. Referências Bibliográficas (Conforme Normas da ABNT):

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre - RS, v. 8, n. 3, 2018.

BALL, Stephen. **Educação Global**. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa - PR: UEPG, 2014.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. **Privatização oculta da educação pública**. 2008. Disponível em:
<file:///C:/Users/maril/Downloads/Hidden_privatisation_in_public_education.pdf>.
Acessado em: 14 abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011 [1977].



BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 5.10.1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996 Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. IBGE. Regiões geográficas intermediárias e imediatas de Mato grosso. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 06 jul.2021.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil**. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 23ª edição revisada, atualizada e ampliada. Petrópolis - RJ: Vozes, 2015.

DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo. A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Gastos com a Dívida Pública cresceram 33% somente em 2020**. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>>. Acessado em: 05 jul. 2021.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Financiamento da educação e o município na federação brasileira. **RBP AE** – Revista Brasileira de Política e Administração, ANPAE, Brasília, v. 24, n. 3, p. 437-465, set./dez. 2008.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Leck, 1979.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 133-152, Mar. 2016.

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. *In*: EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. (Orgs.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]/ Antônio Joaquim Severino. -1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.



SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SINTEP-MT. **Redes municipais em foco**. I Encontro das Redes Municipais por macrorregião do Estado. Disponível em: <http://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id_l=6118&pagina=183/2019>. Acesso em 17 de outubro de 2019.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro. Sistemas e conselhos municipais de educação / Bartolomeu José Ribeiro de Sousa, Regina Aparecida da Silva, Sandra Regina Geiss Lorensini. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2016.

STAKE, Robert E. Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 07, 1983. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/edusel/article/view/2541>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SUDBRACK, Edite Maria; FARENZENA, Nalú. Assistência técnica e financeira da união aos entes subnacionais: o desafio da equidade. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**, v. 10, n. 19, Janeiro–Junho de 2016.

15. Orçamento:

15.1 Material de Consumo

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Total			

15.2 Equipamentos e Material Permanente

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Notebook Dual Core (2.1 GHZ 3GB HD320GB 15.5 prata Windows 7 e; Office 2007 Home & Student.			
Impressora HP- 1606			
Material Bibliográfico			



Total	
-------	--

15.3 Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Total			

15.4 Fontes de Recursos

Discriminação	UNEMAT (Campi e/ou Depto)	Outra fonte	Total
Material de Consumo			
Equipamentos e Material Permanente			
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos			
Total			

15.5 Cronograma de Desembolso

Elementos de Despesas/Fontes de Recursos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
UNEMAT (Campi e/ou Depto)				
Material de Consumo				
Equipamentos e Material Permanente				
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos				
<i>Sub-total</i>				
Outras fontes				
Material de Consumo				
Equipamentos e Material Permanente				



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



Serviços de Terceiros e Encargos				
Diversos				
<i>Sub-total</i>				
TOTAL				

Observação:

Equipamentos e Material Permanente, como: computadores, impressoras, acervo bibliográfico, dentre outros, serão aproveitados de acervo tanto de projetos anteriores, financiados, quanto de propriedade pessoal dos pesquisadores e do acervo da biblioteca da UNEMAT e do PPGEdU/UNEMAT.

Materiais de consumo, como: internet banda larga, resma de papel, Toner impressora HP preto CB436A, serão utilizados tanto de projetos anteriores quanto do PPGEdU (Internet).

Serviços de Terceiros e Encargos Diversos – não serão utilizados.